A INFLUÊNCIA DAS TRANSFERÊNCIAS DE RENDA NA REDUÇÃO DA DESIGUALDADE DE RENDA NO BRASIL: UMA ANÁLISE DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF) E DO BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA (BPC) ENTRE 2001 E 2009

Juan Pablo Sousa Rocha Lima *
*Prof. Marcos Antonio Canhada***

* Bacharelando em Ciências Econômicas pela Universidade de Sorocaba (Uniso). E-mail: 00108593@aluno.uniso.br.

** Orientador do trabalho: Mestre em Engenharia de Produção e professor do Curso de Ciências Econômicas da (Uniso). E-mail: marco.canhada@prof.uniso.br.

Recebido em: 27 de outubro de 2024. Avaliado em: 06 de novembro de 2024

RESUMO

Este artigo analisa a redução da desigualdade de renda no Brasil entre 2001 e 2009, destacando a influência do Programa Bolsa Família (PBF) e o Benefício de Prestação Continuada (BPC) nesse processo. A hipótese propõe que as transferências de renda desempenharam um papel relevante na redução das disparidades de renda na primeira década dos anos 2000, principalmente ao beneficiar a camada mais vulnerável da população. Para avaliá-la, os dados foram coletados e analisados com o intuito de verificar a correlação entre os valores repassados pelo PBF e BPC e a queda da desigualdade. A revisão teórica trata de uma literatura mais geral a respeito da desigualdade e renda, mas também traz esses conceitos para um contexto nacional. Os resultados indicaram uma correlação significativa entre os valores repassados e a queda da desigualdade, com impacto notável entre as camadas mais pobres.

PALAVRAS-CHAVE: desigualdade de renda; transferências de renda; políticas públicas; coeficiente de Gini; e coeficiente de Pearson.

THE INFLUENCE OF INCOME TRANSFERS ON REDUCING INCOME INEQUALITY IN BRAZIL: AN ANALYSIS OF THE BOLSA FAMÍLIA PROGRAM (PBF) AND THE CONTINUOUS BENEFIT PROVISION (BPC) BETWEEN 2001 AND 2009

ABSTRACT

This article analyzes the reduction in income inequality in Brazil between 2001 and 2009, highlighting the influence of the Programa Bolsa Família (PBF) and the Benefício de Prestação Continuada (BPC) in this process. The hypothesis proposes that income transfers played a relevant role in reducing income disparities in the first decade of the 2000s, mainly by benefiting the most vulnerable segment of the population. To assess this hypothesis, data were collected and analyzed in order to verify the relationship between the amounts transferred by the PBF and BPC and the reduction in inequality. The theoretical review deals with a more general literature on inequality and income, but also brings these concepts to a national context. The results indicated a significant correlation between the amounts transferred and the reduction in inequality, with a notable impact among the poorest segments of the population.

Keywords: income inequality; income transfers; public policies; Gini coefficient; and Pearson coefficient.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo aborda o tema da economia regional, focando na queda da desigualdade de renda. Como questionamento, esse trabalho indaga se as transferências de renda, tais como o Programa Bolsa Família (PBF) e o Benefício de Prestação Continuada (BPC) impactaram na redução da desigualdade de renda entre 2001 e 2009.

A hipótese em que esse trabalho se ancorou, fundamentada nos estudos de Barros *et al.* (2010), é que as transferências de renda desempenharam um papel importante para a redução da desigualdade de renda nos anos 2000, tendo impacto mais expressivo na renda das camadas mais vulneráveis da população brasileira.

Indo ao encontro do objetivo geral, que é constatar a queda da desigualdade de renda no período de estudo, teve-se como objetivos específicos a conceituação da desigualdade nos anos 2000, identificação da influência do Programa Bolsa Família (PBF) e o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e a análise dos programas.

Para cumprir com o objetivado, colheu-se os dados a nível nacional e das regiões Nordeste e Sudeste a respeito do índice de Gini, dos beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF) e do Benefício de Prestação Continuada (BPC), bem como valores repassados por esses dois programas para a parcela da população beneficiada.

No que tange ao delineamento do artigo, foi demarcado o estudo do intervalo entre 2001 e 2009. Há uma variável dependente - desigualdade de renda (índice de Gini) - e duas variáveis independentes, a saber, o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o Programa Bolsa Família (PBF). O artigo considerou dados do Brasil. No entanto, atentou em especial para as regiões Nordeste e Sudeste, coletando informações em fontes como artigos científicos, revistas científicas, livros, no Ipea, Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e demais fontes relevantes. Além disso, foi utilizado o método estatístico, com o coeficiente de Gini e Pearson como principais indicadores utilizados.

Tratando-se da relevância do artigo, ele trata de um tema com relevância social, destacando o impacto das transferências governamentais de renda para reduzir a desigualdade de renda e destaca o porquê de certas regiões necessitarem desses programas. O trabalho foi embasado em dados com fontes relevantes, fornecendo parâmetros para políticas públicas e podendo servir de inspiração para futuros trabalhos com enfoque econométrico.

Os dados serão analisados inicialmente por um método qualitativo, de modo a compreender o fenômeno da desigualdade de renda. Posteriormente, a partir dos dados

coletados e tabulados sobre Gini, BPC e PBF, será feita a correlação entre os dados mediante o índice de Pearson.

Por fim, o presente artigo divide-se em cinco seções, sendo a introdução a primeira; a segunda contém o arcabouço teórico, no qual descreveram-se conceitos da desigualdade de renda, da renda, transferências de renda e coeficiente de Gini; a terceira seção apresenta e analisa os dados a fim de se verificar a validade da hipótese considerada; a quarta apresenta a conclusão a respeito do trabalho realizado; e, por último, a quinta seção traz as referências utilizadas nesse trabalho.

2 ARCABOUÇO TEÓRICO

Nesta seção, apresenta-se o referencial teórico que fundamenta o artigo, com ênfase em temas centrais como desigualdade, renda e transferências de renda, abordados tanto em uma perspectiva geral quanto com foco menos generalista.

2.1 A literatura geral sobre desigualdade e renda

Em suas pesquisas, Rousseau (1978) retrata a desigualdade como antagônica aos princípios que regem a natureza humana, sob a ótica da lei natural. Outrossim, a desigualdade foi incentivada pela sociedade, sendo um reflexo do seu próprio progresso. A partir do momento em que o homem ficou dependente do seu semelhante, desapareceu-se a igualdade natural e deu-se origem à propriedade. Dessa forma, o filósofo francês atrelou a propriedade à origem da desigualdade. Por sua vez, Langoni (1972) discorre que o crescimento econômico brasileiro, entre as décadas de 60 e 70, aumentou a desigualdade devido à melhoria educacional dos trabalhadores e também a migração destes do setor primário para o setor urbano. Entretanto, ele não trata a desigualdade observada como um fenômeno estritamente negativo, tendo em vista que a inclusão de jovens e mulheres no mercado de trabalho ocasiona concentração de renda nesses grupos. Além disso, por demandar de mão de obra menos qualificada em toda sua operação em relação ao setor industrial, o setor primário é quem apresenta grau de desigualdade menor. Ou seja, deve ser avaliado também o contexto setorial e características demográficas para analisar a desigualdade de renda.

Ao observar o capital e o trabalho, Marx (2023) entende que a renda está atrelada ao modo como o dinheiro transita entre o capitalista e o trabalhador. Dessa forma, cada vez que o capitalista transforma o dinheiro da forma-dinheiro capital variável potencial para variável real, em outras palavras, quando transforma o seu capital em força de trabalho operando no sistema capitalista, o trabalhador receberá a forma-dinheiro da

renda que será equivalente ao valor da sua força de trabalho vendida renovadamente. Enquanto isso, a visão dada por Brasil (2022) reflete que a renda pode ser entendida como o que é advindo do capital, a saber, do aumento do patrimônio, mas também como fonte do trabalho. Além disso, pode ser entendida também como advinda dessas duas fontes juntas.

2.2 A literatura específica sobre a desigualdade de renda e as transferências de renda

Piketty (2014) discorre que a desigualdade é dada pela correlação entre a renda que deriva do capital e a que deriva do trabalho. Este autor entende que a renda advinda do trabalho se relaciona ao trabalho assalariado, mas abrange também outras formas de remuneração. A renda originada do capital, por sua vez, ele a considera como advindas de aluguéis e dividendos, por exemplo. Ainda, reflete que, quando um desses componentes for desproporcional a outro, além da desigualdade total ser mais intensa, há a possibilidade de uma região ter a desigualdade de trabalho baixa, mas a de capital elevada, ou vice-versa. Em contrapartida, o autor transcreve que a correlação entre a renda do trabalho e a do capital pode ser empobrecida em regiões com grau de desigualdade de capital elevado pela possibilidade de os donos do capital não trabalharem. Por fim, ressalta também que a justificativa da desigualdade muda consoante o seu tipo, considerando questões como a oferta, a demanda, bem como tudo que afete o mercado de trabalho, a desigualdade de renda do trabalho, investimentos e poupanças à desigualdade de renda do capital.

Em um debate nacional, Barros; Henriques; Mendonça (2000) retratam que a desigualdade de renda, em específico, é tão parte de nossa longa história que passou a ser vista com naturalidade. Esta visão foi reforçada por Neri (2011) ao abordar que, ao olhar para a desigualdade de renda brasileira até os anos 2000, ela é constante por natureza. Em outras palavras, a desigualdade apresentava sinais de estabilidade sem expectativas de queda, ocasionando um problema estrutural. Finalizando o debate a respeito da desigualdade na literatura nacional, Camillo (2014) expõe que o fator determinante da desigualdade nacional é a estrutura produtiva heterogênea em demasia. Ele esclarece que a grande parte das atividades econômicas nacionais demandam mão de obra menos qualificada, enquanto uma minoria demanda maior capacitação dos trabalhadores. Esse fator contribui bastante para a dispersão salarial e também para a desigualdade de renda.

Explanando a respeito das transferências de renda, a Prefeitura de São Paulo (2023) expõe como sendo programas que visam privilegiar cidadãos ou famílias que estão em vulnerabilidade econômica, ambicionando uma melhora imediata da questão da pobreza. Ao estudar os programas de transferências de renda do Brasil, é relatado por Medeiros; Britto; Soares (2007) que o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o Programa Bolsa Família (PBF) têm formas diferentes para selecionar cidadãos a serem beneficiados. Nesse sentido, há um alerta de que parte das críticas feitas para os programas resultam da falha do processo de seleção das famílias a serem beneficiadas. Entretanto, os autores fazem uma reflexão que o olhar focalizado em um recorte isolado é motivador de uma crítica errônea a toda a operação desses dois programas, ignorando os milhões de brasileiros beneficiados diretamente por eles, elogiando assim a efetividade dos programas no direcionamento das transferências de renda. Além disso, Brasil (2014) define que as transferências de renda são implementadas, geralmente, com a imposição de condicionalidades para o acesso aos benefícios, como a inserção de uma parcela da população em programas nacionais de saúde, bem como matrícula e assiduidade escolar para crianças e adolescentes durante o ano letivo.

Focalizando nos programas de transferências de renda a serem estudados, é entendido que segundo Brasil (1993) que o Benefício de Prestação Continuada garante mensalmente um salário-mínimo a pessoas idosas a partir de 65 anos e com deficiência que garantem não ter condições de se sustentar e nem de ser sustentado pela família. É importante frisar que, se uma pessoa de uma família tiver acesso a esse benefício, não é impeditivo para outra conseguir o acesso também. Já a respeito do Bolsa família, o Ipea (2010a) relata que sua origem se dá pela unificação de outros programas, como o Cartão Alimentação e o Bolsa Escola, integrando vários programas e ações que visam uma melhor harmonia das políticas públicas para acabar com a extrema pobreza.

No que se trata do coeficiente de Gini, o Ipea (2004) define que ele mede a desigualdade entre os ganhos dos mais pobres e os dos mais ricos. Afirma ainda que, na prática, os dados utilizados são os do 20% mais pobres e dos 20% mais ricos da população, com valores variando entre 0 e 1. Quanto mais próximo de 0, menor é a desigualdade. Medeiros (2012) complementa que o coeficiente de Gini num único resultado resume a situação da desigualdade em uma região. Por fim, Campello *et al.* (2018) elogia a efetividade do coeficiente, mas faz uma crítica pelo instrumento se limitar apenas à renda monetária.

3 COLETA E ANÁLISE DE DADOS

Nesta seção, busca-se analisar o impacto das transferências de renda na redução da desigualdade de renda entre 2001 e 2009. Para isso, foram coletados dados sobre a evolução do coeficiente de Gini no Brasil, nas regiões Nordeste e Sudeste, além de informações sobre o número de beneficiários e os valores repassados pelo Programa Bolsa Família (PBF) e pelo Benefício de Prestação Continuada (BPC). Por fim, foi calculada a correlação de Pearson entre o coeficiente de Gini e os valores transferidos pelos programas. O objetivo foi avaliar a associação entre os repasses e a diminuição da desigualdade de renda.

3.1 A década da queda: contexto da desigualdade de renda nos anos 2000

Os anos 2000 são entendidos como a década da queda da desigualdade de renda brasileira. Considerando o conceito de renda domiciliar conceituado pela Pesquisa Nacional de Amostras a Domicílio (PNAD), caso organize os habitantes por renda *per capita* e dividir todos entre 10 fatias idênticas, é averiguado - entre a fatia originária e a derradeira - que a renda correspondente aos 10% mais pobres alavancou 69,08%. Esse percentual vai decrescendo à medida que se aproxima da parcela mais rica. Avaliando essa queda, notou-se que a renda cresceu mais no Nordeste do que no Sudeste, a saber, 41,8% e 15,8% respectivamente (Neri, 2011).

Em relação aos dados encontrados no Brasil a respeito da redução da desigualdade, é vista uma redução clara entre 2001 e 2007. Considerando o coeficiente de Gini como medida para averiguar a redução, a desigualdade encolheu 7% no período destacado. Entende-se que a redução da desigualdade nesse recorte impressiona porque, em 2001, o grau de desproporção encontrado no país era semelhante à média que foi registrada nos últimos 30 anos, indicando uma estagnação (Barros *et al.*, 2010).

A Tabela 1 ilustra a evolução do coeficiente de Gini em solo brasileiro durante os anos de 2001 e 2009, destacando também as regiões Nordeste e Sudeste.

Tabela 1 – Coeficiente de Gini (2001-2009) continua

Ano	Gini (Brasil)	Gini (Nordeste)	Gini (Sudeste)
2001	0,5944	0,5999	0,5650
2002	0,5879	0,5948	0,5604
2003	0,5815	0,5845	0,5546
2004	0,5704	0,5823	0,5392
2005	0,5675	0,5705	0,5401
2006	0,5608	0,5724	0,5338

conclusão

Ano	Gini (Brasil)	Gini (Nordeste)	Gini (Sudeste)
2007	0,5540	0,5649	0,5199
2008	0,5441	0,5568	0,5120
2009	0,5401	0,5568	0,5071

Fonte: MINISTÉRIO DA SAÚDE (2011). Adaptado pelo autor.

Analisando a Tabela 1, percebe-se a queda do coeficiente de Gini no período destacado, representando uma queda de aproximadamente 9,14% entre o primeiro e o último ano no que refere aos dados relativos ao Brasil. É observável também uma redução no Nordeste e Sudeste, indo ao encontro do ocorrido no Brasil. Para explicar essa redução, Cacciamali; Camillo (2009) notaram que, nos anos de 2001 e 2004, a renda que é derivada do trabalho explicou 75% e 74%, respectivamente, da renda por pessoa domiciliar. Analisando o grau de concentração desse tipo de ganho, averiguou-se um coeficiente de Gini de 0,56 para 0,54 em 2001 e 2004, havendo maior concentração na região Nordeste. No que diz respeito ao impacto da renda do trabalho na redução da desigualdade, notou-se um percentual de 64,04% entre 2001 e 2004. Em contrapartida, quando se trata das transferências de renda, é exposto pelos autores que elas explicam entre 1% e 2% da renda domiciliar por pessoa entre 2001 e 2004. Entretanto, a contribuição para a redução da desigualdade foi de 25,71%. Examinando o grau de desigualdade, foi notado um Gini de 0,56 em 2001 e 0,18 em 2004, mostrando a importância da expansão dos programas como o Programa Bolsa Família (PBF) ao nível nacional. Não menos importante, as aposentadorias e pensões representam 21% da renda domiciliar *per capita*, havendo uma pequena redução no grau de desigualdade, mas alertando sobre um aumento na região Nordeste motivado pela desigualdade salarial que reflete nas aposentadorias. Por fim, é visto que pensões e aposentadorias representam 8,64% de toda a redução da desigualdade de renda domiciliar no período analisado pelos autores.

É relatado pelo Ipea (2012) que o fator trabalho foi o que principalmente determinou a queda da desigualdade na década de 2000. Em se tratando do período de 2005 a 2009, é relatado que o país passou a ter aumentos significativos na renda junto à queda constante da desigualdade. Ademais, salienta Saboia (2009) que o salário-mínimo passou por aumentos constantes no período, inclusive com reajustes acima da inflação. E, por ele ser tomado como referência para o Benefício de Prestação Continuada, acaba impactando para além do mercado de trabalho, beneficiando uma parcela da população que não é ativa no mercado de trabalho e que viveria em situação de vulnerabilidade caso

não existisse o programa. Por fim, o Ipea (2010b) afirma que em 2009 a pobreza caiu de forma mais lenta que em anos anteriores. É importante salientar que, considerando uma escala de 0 a 1, a média anual de queda da desigualdade medida pelo coeficiente de Gini caiu de 0,70 para 0,54. Além disso, a renda dos mais pobres continuou crescendo mais que os mais ricos, apesar de o período entre 2005 e 2009 ter sido de crescimento para todos.

3.2 O papel e impacto do Programa Bolsa Família (PBF) e do Benefício de Prestação Continuada (BPC) na redução da desigualdade de renda nos anos 2000

De acordo com Santos; Pasquim; Santos (2011), o Programa Bolsa Escola, antecessor do PBF, contemplou mais de 4 milhões de famílias no ano de 2001. Por sua vez, é demonstrado por Brasil (2024) que, em dezembro de 2004, o PBF atendia o total de 6.571.839 famílias em todo o país. Esse número alavancou para 12.370.915 de famílias que utilizaram esse benefício em dezembro de 2009. Nota-se, portanto, um aumento de 209,27% entre o primeiro ano do Bolsa Escola em relação ao número de beneficiários do PBF em dezembro de 2009. Consoante o Souza *et al.* (2019), a maioria dos recursos do PBF é direcionada às populações mais pobres, tornando-o uma das políticas de transferência de renda mais progressivas do país. Ou seja, tornou-se uma das políticas de renda mais equitativas. O estudo ressalta que o programa exerce um impacto significativo na redução da pobreza e na diminuição da desigualdade, resultado não apenas da alocação precisa dos recursos, mas também do volume de investimentos realizados no programa.

Tratando dos impactos do Bolsa Família na redução da desigualdade, nos anos 2000, ao isolar a contribuição de cada um dos programas de transferências de renda para averiguar o impacto separado deles na redução da desigualdade no recorte de 2001 a 2004, Barros; Foguel; Ulyssea (2006) relatam que as pensões e aposentadorias públicas, o BPC e o PBF, impactaram semelhantemente em 10%. Entretanto, para ter o mesmo impacto que o PBF e o BPC, os custos para expansão das aposentadorias foram em torno de cinco vezes maiores, dado que impressiona. Quando foca sua análise especialmente no PBF, o autor transcreve que quando uma transferência de renda é mais sensível para a renda dos mais pobres, ela impacta mais na redução da desigualdade. Se for considerada a medida da desigualdade dada entre a renda dos 20% mais pobres e a dos 20% mais ricos, o efeito do PBF na redução da desigualdade é maior ao do BPC e muito maior ao das aposentadorias. Observa-se, também, que o PBF demonstrou um impacto mais significativo entre as populações em situação de extrema pobreza, dado a sua capacidade

de alocação, direcionando os recursos a uma parcela da população mais pobre. Carvalho (2013) relata que as políticas de transferências de renda focalizadas na renda dos mais pobres, se caracterizam pelo cumprimento de condicionalidades nas áreas de saúde e educação. Tais condicionalidades permitem a elevação da frequência escolar entre crianças e adolescentes e a diminuição da mortalidade infantil.

Ainda abordando a respeito do PBF, Hoffmann (2013) afirma que o programa teve um papel importante no que se trata da redução da desigualdade de renda na década de 2000, ao focar os seus recursos nas camadas pobres, como os nordestinos que detinham maior porcentagem do valor repassado pelo programa de distribuição de renda no período. É ressaltado que, na década de 2000, o programa explicou 16,1% da redução do coeficiente de Gini, mesmo correspondendo a 1% de toda a renda no período. Isso evidencia a progressividade do programa. Hoffmann (2009) afirma ainda que, mesmo que a participação do PBF na renda total seja baixa, a razão de concentração dessa transferência no período entre 2001 e 2007 é menor que o coeficiente de Gini, indicando uma influência elevada na redução da desigualdade, ao ser responsável por uma parcela considerável de toda a redução do coeficiente de Gini no período estudado. Enquanto isso, Silveira Neto; Azzoni (2013) reforçam que, em 2006, os estados da região Nordeste e do Norte sofreram maior influência do valor repassado pelo PBF na renda total. Importa lembrar que o valor que o Maranhão recebeu *per capita* foi quase cinco vezes maior ao recebido pelo estado de São Paulo, por exemplo. Neri (2011) complementa que, mesmo que tenha ocorrido o aumento de famílias beneficiadas pelo programa, o coeficiente de concentração do PBF não piorou e continua sendo a renda com maior focalização entre os mais pobres.

A Tabela 2 apresenta o número de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família entre 2004 e 2009 no Brasil, dando destaque especial para as regiões Nordeste e Sudeste.

Tabela 2 - Número médio anual de famílias beneficiadas pelo PBF (2004-2009)

Ano	$\bar{X}$ de Beneficiários Brasil	$\bar{X}$ de Beneficiários Nordeste	$\bar{X}$ de Beneficiários Sudeste
2004	4.542.275	2.515.292	1.050.721
2005	7.323.375	3.640.435	1.954.549
2006	10.153.958	5.038.415	2.658.511
2007	10.984.089	5.517.362	2.833.703
2008	10.918.559	5.562.578	2.784.214
2009	11.731.381	5.907.976	2.980.451

Fonte: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL (2024a). Adaptado pelo autor.

Analisando a Tabela 2, é possível observar o crescimento contínuo que o PBF teve ao longo dos anos. O programa, que atendia mais de 4,5 milhões de famílias em 2004, passou a atender mais de 11,7 milhões em 2009. Esse aumento expressivo, visto na tabela, reforça a efetiva expansão do programa em território nacional. Olhando para as colunas do Nordeste e Sudeste, percebe-se uma discrepância entre as duas regiões, com o Nordeste detendo muito mais beneficiários do que a região Sudeste. Isto pode ser explicado pelo fato do Nordeste brasileiro ser a região mais pobre do país (IBGE, 2023) e pelo PBF ter um foco principal na renda das pessoas mais pobres (Hoffmann, 2013). Analisando ainda o crescimento de beneficiários do PBF, verifica-se um aumento consistente ao longo dos anos no país, mas com especial destaque para a região Nordeste. Em todas as análises anuais, o Nordeste é quem desponta como a área que concentra a maioria dos recursos alocados pelo programa, recebendo, em média, mais da metade do valor destinado.

A Tabela 3 apresenta uma visão da quantia total de recursos financeiros transferidos pelo programa às famílias beneficiadas no período que compreende os anos de 2004 a 2009.

Tabela 3 – Valores totais repassados às famílias beneficiadas pelo PBF (2004-2009)

Ano	Valores Repassados Brasil (R$)	Valores Repassados Nordeste (R$)	Valores Repassados Sudeste (R$)
2004	3.791.785.038,00	2.173.475.460,00	824.748.603,00
2005	5.691.667.041,00	2.983.605.055,00	1.420.136.911,00
2006	7.524.661.322,00	3.947.869.879,00	1.818.026.956,00
2007	8.965.499.608,00	4.735.066.864,00	2.123.532.928,00
2008	10.606.500.193,00	5.652.655.130,00	2.479.616.022,00
2009	12.454.702.501,00	6.565.158.755,00	2.681.445.091,00

Fonte: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL (2024a). Adaptado pelo autor.

Observando a Tabela 3 e comparando-a com a Tabela 2, percebe-se que a expansão no número de famílias beneficiadas foi de encontro à expansão dos recursos destinados ao programa. Assim como a Tabela 2, a Tabela 3 sugere a expansão do programa a nível nacional e nas regiões Nordeste e Sudeste. Por conter a maioria dos beneficiários, a região Nordeste também tem posse da maior parte dos recursos durante todos os anos. A região Sudeste, por sua vez, recebeu metade do valor da região Nordeste no período. Esse padrão distributivo, reforça a essência alocativa dos recursos presente

no PBF, priorizando sempre a região Nordeste já que, como exposto por Caldas; Sampaio (2015), milhões de nordestinos passam por situação de pobreza e extrema pobreza.

No que tange o BPC, Araújo; Flores (2017) destacam que, como o valor do programa é atrelado ao salário-mínimo, os beneficiários recebem uma remuneração equivalente à garantida pela CLT aos trabalhadores formais. Além disso, os autores ressaltam que o aumento real do salário-mínimo, acima da inflação, tem contribuído para a elevação da renda de uma parcela vulnerável da população e ampliando a proteção social para essas pessoas.

Por sua vez, Soares *et al.* (2006) fundamentam que o BPC, assim como o PBF, é altamente focalizado, direcionando a maioria dos seus recursos a pessoas em situação vulnerável. Eles destacam que, se a renda do BPC fosse desconsiderada do cálculo da renda *per capita*, haveria um aumento significativo no número de domicílios classificados como pobres e extremamente pobres. Tal afirmação tem como embasamento o fato de o BPC ser direcionado às famílias de baixa renda, contribuindo assim para a redução da pobreza e extrema pobreza. Além disso, os autores alertam que, embora o BPC tenha um papel importante na diminuição das desigualdades, ele não alcança o mesmo impacto em abrangência que o PBF. No entanto, o seu diferencial está na sua capacidade de elevar os beneficiários acima da linha da pobreza e extrema pobreza - algo que o PBF, por sua natureza mais expansionista, não consegue realizar com a mesma eficácia.

Enquanto isso, Cacciamali; Tatei; Camillo (2015) destacam que, embora o BPC tenha uma cobertura menor ao PBF, o seu benefício médio é mais elevado. Os autores sugerem que o foco dos programas de assistência seja direcionado a grupos específicos da população, uma vez que tanto o BPC quanto o PBF apresentam um grau baixo de desigualdade. Não menos importante, eles relatam que o BPC contribuiu com cerca de 3% e 4% na redução da desigualdade na maioria das regiões brasileiras, mas com destaque para o Nordeste urbano. Entretanto, é reconhecido por eles que essa contribuição é relativamente modesta em comparação ao impacto do PBF. Ainda assim, julgam que, caso a cobertura do BPC seja ampliada, ele possui um importante potencial de contribuição para uma eventual redução da desigualdade do país.

A Tabela 4 evidencia a expansão do BPC no Brasil entre 2001 e 2009, com um crescimento expressivo no número de beneficiários em todo o país, especialmente nas regiões Nordeste e Sudeste.

Tabela 4 - Beneficiários do BPC (2001-2009)

Ano	Nº de Beneficiários Brasil	N° de Beneficiários Nordeste	N° de Beneficiários Sudeste
2001	1.339.119	536.834	439.228
2002	1.560.854	603.600	524.201
2003	1.701.240	646.569	573.404
2004	2.061.013	752.165	710.619
2005	2.277.365	822.003	785.429
2006	2.477.485	887.917	852.228
2007	2.680.823	959.896	920.729
2008	2.934.472	1.046.598	1.016.780
2009	3.166.845	1.129.853	1.100.286

Fonte: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL (2024b). Adaptado pelo autor.

Observa-se ao olhar para a Tabela 4 que, em 2001, o Brasil contava com 1.339.119 beneficiários, e esse número aumentou significativamente para 3.166.845 em 2009, representando um crescimento de aproximadamente 136,5%. Como citado anteriormente por Soares *et al*. (2006), esse crescimento pode estar associado a uma focalização eficiente dos recursos para os mais pobres, uma vez que pessoas idosas e com deficiências, em situação de vulnerabilidade, são o foco do programa. Logo, a tabela sugere também uma expansão da cobertura do BPC. Ao comparar as regiões Nordeste e Sudeste, no período compreendido pela tabela, o número de beneficiários cresceu significativamente em ambas as regiões. No Nordeste, os beneficiários aumentaram de 536.834 para 1.129.853, resultando num crescimento aproximado de 110,5%, embora sua participação ao nível nacional tenha caído, aproximadamente, de 40,1% para 35,7% dos recursos do programa. Já no Sudeste, o aumento foi de 439.228 para 1.100.286 beneficiários, totalizando um aumento de 150,5%, com sua participação nacional subindo de, aproximadamente, 32,8% para 34,7%. Mesmo com o Sudeste tendo o maior aumento, o Nordeste foi quem deteve a maioria dos beneficiários.

Por fim, a Tabela 5 vem ilustrar os recursos que foram destinados aos beneficiários do BPC entre 2001 e 2009 no Brasil, mas também com focos regionais nas regiões Nordeste e Sudeste.

Tabela 5 – Valores repassados pelo BPC (2001-2009) continua

Ano	Valores repassados Brasil (R$)	Valores repassados Nordeste (R$)	Valores repassados Sudeste (R$)
2001	2.694.021.511,93	1.091.335.751,63	879.290.277,58
2002	3.428.100.224,72	1.347.144.427,97	1.141.399.123,01
2003	4.533.221.507,66	1.733.455.545,24	1.528.307.762,04
2004	5.814.283.013,95	2.155.014.495,86	1.983.327.367,54
2005	7.523.861.466,78	2.724.674.733,43	2.597.254.716,12

conclusão

Ano	Valores repassados Brasil (R$)	Valores repassados Nordeste (R$)	Valores repassados Sudeste (R$)
2006	9.718.787.585,46	3.491.352.761,41	3.350.767.006,53
2007	11.548.344.928,11	4.136.896.905,87	3.967.123.882,81
2008	13.785.788.689,03	4.922.507.735,05	4.758.416.518,25
2009	16.859.412.616,03	6.006.411.789,22	5.855.804.347,51

Fonte: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL (2024b). Adaptado pelo autor.

Olhando para a Tabela 5, verifica-se que na ótica nacional, os valores repassados passaram de R$2.69 bilhões em 2001 para R$16.85 bilhões em 2009 - o que resultou num aumento de aproximadamente 526,4%. No Nordeste, nota-se que os valores repassados para a região aumentaram de R$1.09 bilhão para impressionantes R$6.00 bilhões entre 2001 e 2009, totalizando um aumento percentual de aproximadamente 450,5%. Esse aumento representa uma ampliação na cobertura e no apoio econômico oferecido às famílias da região, beneficiando-as com repasse monetário. Os valores também aumentaram significativamente no Sudeste, passando de R$879 milhões para R$5.85 bilhões - um aumento expressivo de 566,5%, aproximadamente. O crescimento mais forte no Sudeste pode refletir a ampliação do acesso ao BPC nesta região. Porém, ao se comparar os valores destinados ao Nordeste e ao Sudeste, foi observado que, ao longo de todos os anos, os recursos repassados para a região Nordeste foram sempre superiores ao Sudeste, deixando evidenciada a natureza alocativa desse programa. Observa-se, ademais que, ao contrário do PBF, os valores dos recursos transferidos pelo BPC não possuem correspondência direta com o número de beneficiários. Isso ocorre porque, conforme explicam Araújo; Flores (2017), o valor do BPC é parametrizado conforme o salário-mínimo, diferenciando-se da metodologia do cálculo do PBF que, por sinal, tem caráter mais expansionista.

3.3 Testagem da hipótese

Para identificar se houve uma relação entre as transferências de renda BPC e PBF na redução da desigualdade de renda aferida entre 2001 e 2009, será usado o coeficiente de Pearson. Nele, os valores variam entre –1 a 1, com – 1 sendo uma correlação negativa. Ou seja, quando uma variável aumenta a tendência da outra é diminuir, sendo o 0 uma correlação nula, as variáveis não têm relação entre si, e o 1 que é uma correlação perfeita, quando uma variável aumenta o comportamento da outra variável também é aumentar (Figueiredo Filho; Silva Júnior, 2009). No presente artigo, é buscado averiguar uma correlação negativa entre Gini e valores repassados pelas transferências de renda no

Programa Bolsa Família e no Benefício de Prestação Continuada. Assim, à medida que os valores repassados aumentam, o coeficiente de Gini tende a cair, sugerindo a influência do PBF e do BPC na redução da desigualdade de renda no período estudado. No que tange ao cálculo dos coeficientes de correlação, utilizou-se a ferramenta RStudio.

A Tabela 6 demonstra os coeficientes de correlação de Pearson encontrados entre a desigualdade de renda, medida pelo coeficiente de Gini, com as transferências de renda, PBF e BPC.

Tabela 6 - Coeficiente de correlação de Pearson entre o PBF, BPC e a redução da desigualdade de renda (coeficiente de Gini) (2001-2009)

Região	**Pearson - PBF**	**Pearson - BPC**
Brasil	-0,95	-0,99
Nordeste	-0,95	-0,98
Sudeste	-0,85	-0,98

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Vendo a Tabela 6, percebe-se uma correlação negativa do coeficiente de Pearson como a que está representada na tabela. Ela sugere que, à medida que as transferências públicas de renda aumentaram, o coeficiente de Gini tende a cair. Num contexto nacional, verificou-se um coeficiente de Pearson para o PBF de (-0,95) e para o BPC de (-0, 99) que é indicativo de uma forte correlação negativa entre as variáveis.

No que tange ao Nordeste, foi aferida uma correlação de (-0,95) para o PBF, mostrando - assim como a nível nacional- uma correlação negativa, sugerindo também uma contribuição do programa para a redução da desigualdade de renda. A respeito do BPC, o coeficiente é maior que do PBF, propondo o impacto do programa na redução da desigualdade no período.

Na região Sudeste, foi verificado um coeficiente de correlação maior no BPC (-0,98) em relação ao PBF (-0,85). Ainda assim, os dois programas apresentam correlação negativa significativa na região, o que sugere a influência na queda da desigualdade.

Portanto, conclui-se numa análise das tabelas apresentadas neste artigo que, no período entre 2001 e 2009, o Brasil passou por uma expansão constante e expressiva no número de beneficiários e nos valores repassados pelo PBF e BPC tanto num contexto nacional, como também nas regiões Nordeste e Sudeste. É de se informar sobre a focalização dos programas, uma vez que os seus recursos foram destinados para pessoas em situação de vulnerabilidade, tendo o Nordeste como principal beneficiário dos dois programas (Hoffmann, 2013; Soares *et al.*, 2006). A correlação negativa expressiva

observada na Tabela 6 e o que foi exposto a partir de fontes bibliográficas neste artigo, sugerem o indicativo de que esses programas foram capazes de impactar na redução da desigualdade de renda e a atender as necessidades de uma região que historicamente é mais pobre, como é o caso do Nordeste (IBGE, 2023), mas também de atender às populações vulneráveis de uma região mais rica, como o Sudeste (IBGE, 2014).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O debate sobre a desigualdade ocorre há muitos anos, sendo um tema central em diversas correntes teóricas. Sendo sua origem associada à propriedade privada e pelas relações de produção e da situação do proletariado. No contexto brasileiro, foi oferecido pelos autores uma visão multifacetada da desigualdade, sugerindo que ela pode não ser exclusivamente negativa, pois pode refletir aspectos do crescimento econômico.

Especificamente em relação à desigualdade de renda e às políticas de transferência de renda, é possível observar que essa questão é uma característica histórica no Brasil, sendo muitas vezes percebida com naturalidade pela população. Um dos fatores que contribui para essa desigualdade é a estrutura produtiva heterogênea do país, que exige uma quantidade limitada de mão de obra qualificada. Entre 2001 e 2009, foi constatada uma redução no coeficiente de Gini no Brasil, especialmente nas regiões Nordeste e Sudeste.

No que tange às transferências de renda, dois programas principais se destacam: o Programa Bolsa Família (PBF) e o Benefício de Prestação Continuada (BPC). O PBF é baseado em condicionalidades ligadas à educação e à saúde, sendo direcionado às famílias mais pobres, enquanto o BPC se destina a idosos e pessoas com deficiência em situação de vulnerabilidade, oferecendo-lhes um salário-mínimo mensal. Entre 2004 e 2009, o número de beneficiários do PBF cresceu de mais de 4 milhões para mais de 11 milhões, enquanto o BPC ampliou sua cobertura de pouco mais de 1 milhão para mais de 3 milhões de beneficiários entre 2001 e 2009. Em termos de valores repassados, o BPC possui montantes superiores ao PBF, pois seu benefício é parametrizado ao valor do salário-mínimo, ainda que seu alcance seja menor. Em ambas as regiões, Nordeste e Sudeste, a maior parte dos recursos é direcionada ao Nordeste, com o PBF concentrando-se particularmente nesta área historicamente mais pobre.

A hipótese deste estudo foi confirmada. Os resultados demonstraram que o PBF teve um papel relevante na redução da desigualdade de renda, especialmente no Nordeste. A correlação medida pelo coeficiente de Pearson revelou uma forte relação negativa entre

o aumento dos valores repassados pelo PBF e a redução da desigualdade, com coeficientes de -0,95 no Brasil, -0,95 no Nordeste e -0,85 no Sudeste. A literatura nacional corrobora esses achados, mostrando que o PBF, ao focar nas camadas mais pobres da população, impactou diretamente na redução da desigualdade de renda. No caso do BPC, embora seu impacto tenha sido mais modesto em comparação ao PBF, ele também apresentou correlações negativas fortes, tanto em nível nacional quanto regional, com coeficientes de Pearson de -0,99 no Brasil, -0,98 no Nordeste e -0,98 no Sudeste. É importante notar que, embora o PBF e o BPC compartilhem o objetivo de atender a população mais pobre, suas metodologias são distintas: enquanto o PBF se destaca pelo grande número de beneficiários e suas condicionalidades, o BPC é caracterizado pelo valor do benefício mais elevado. Isso explica porque, apesar de a bibliografia indicar que o PBF teve maior impacto na redução da desigualdade, o BPC alcançou o menor coeficiente de correlação em função do valor superior dos recursos envolvidos.

Quanto aos objetivos, eles foram atingidos, uma vez que o estudo demonstrou uma redução da desigualdade entre 2001 e 2009, conceituou a desigualdade de renda no Brasil durante o período analisado e evidenciou o papel do PBF e do BPC na redução dessa desigualdade.

Contudo, reconhece-se uma limitação neste estudo pela ausência de métodos econométricos, o que restringiu a análise à correlação entre as variáveis, sem avançar para a mensuração de causalidade. Embora o coeficiente de Pearson indique uma forte relação negativa entre as transferências de renda e a redução da desigualdade, não foi possível determinar a causalidade direta dessa relação. Um exemplo disso é o BPC apresentar coeficiente de correlação maior que o PBF, mesmo com a literatura indicando que seu impacto foi menor. Uma análise econométrica permitiria avaliar a covariância entre as variáveis e isolar outros fatores, como a melhoria no mercado de trabalho, que também podem ter influenciado a queda da desigualdade. Ademais, por se tratar de uma série temporal curta, os valores de Pearson podem ter uma significação exagerada.

Para estudos futuros, recomenda-se a realização de uma pesquisa com ênfase em métodos econométricos, visando medir a causalidade entre o PBF, o BPC e a desigualdade de renda, com um recorte temporal mais atual e extenso. Tal estudo poderia analisar os impactos das políticas sociais em um contexto mais recente, considerando as mudanças nos programas de transferência de renda e as novas dinâmicas econômicas

nacionais. Isso permitirá uma compreensão mais profunda e detalhada dos efeitos das políticas de transferência de renda sobre a desigualdade de renda.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Victor; FLORES, Paulo. Redistribuição de renda, pobreza e desigualdade territorial no Brasil. **Revista de Sociologia e Política,** Curitiba, v. 25, n.6 3, p. 159-182, 2017.

BARROS, Ricardo Paes de *et al*. **Determinantes da queda na desigualdade de renda no Brasil.** Brasília: Ipea, 2010.

BARROS, Ricardo Paes de; FOGUEL, Miguel Nathan; ULYSSEA, Gabriel. **Desigualdade de renda no Brasil:** uma análise da queda recente. Brasília: Ipea, 2006.

BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. **A estabilidade inaceitável:** desigualdade e pobreza no país. Rio de Janeiro: Ipea, 2000.

BRASIL. **Avaliação de políticas públicas:** reflexões acadêmicas sobre o desenvolvimento social e combate à fome. Brasília: MDS; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2014.

BRASIL. **Bolsa Família e Cadastro Único.** 2024. Disponível em: https://aplicacoes.cidadania.gov.br/ri/pbfcad/painel.html. Acesso em: 18 out. 2024.

BRASIL. **Código Tributário Nacional.** 4. ed. Brasília: Senado Federal, 2022.

BRASIL. **Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.** Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1993. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm. Acesso em: 05 set. 2024.

CACCIAMALI, Maria Cristina; CAMILLO, Vladimir Sipriano. **Redução da desigualdade da distribuição de renda entre 2001 e 2006 nas macrorregiões brasileiras:** tendência ou fenômeno transitório?. Campinas: Economia e Sociedade, 2009.

CACCIAMALI, Maria Cristina; TATEI, Fábio; CAMILLO, Vladimir Sipriano. Queda da desigualdade de renda no Brasil. *In:* KON, Anita; BORELLI, Elizabeth (org.). **Aportes ao desenvolvimento da economia brasileira.** 1. ed. São Paulo: Blucher, 2015, p. 255-282.

CALDAS, Renata de Melo; SAMPAIO, Yony de Sá Barreto. Pobreza no Nordeste brasileiro: uma análise multidimensional. **Revista de Economia Contemporânea,** Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 74-96, 2015.

CAMILLO, Vladimir Sipriano. **Condicionantes da desigualdade de renda no Brasil na primeira década de 2000.** 2014. Pós-doc (Pós-doutorado em Economia Política) - Pontíficia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.

CAMPELLO, Tereza *et al.* **Faces da desigualdade no Brasil:** um olhar sobre os que ficam para trás. Rio de Janeiro: 2018.

CARVALHO, Cleusení Hermelina de. **Bolsa Família e desigualdade da renda domiciliar entre 2006 e 2011.** 2013. Mestrado (Mestrado em Economia Política) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

FIGUEIREDO FILHO, Dalson Britto; SILVA JÚNIOR, José Alexandre da. Desvendando os mistérios do coeficiente de correlação de Pearson (r). **Revista Política Hoje,** Recife, vol. 18, n.1, p. 115-146, 2009.

HOFFMANN, Rodolfo. **Desigualdade da distribuição de renda no Brasil:** a contribuição de aposentadorias e pensões e de outras parcelas do rendimento domiciliar per capita. Campinas: Economia e Sociedade, 2009.

HOFFMANN, Rodolfo. Transferências de renda e desigualdade no Brasil (1995-2011). *In:* CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes (org.). **Programa Bolsa Família uma década de inclusão e cidadania.** Brasília: Ipea, 2013, p. 207-216.

IBGE. **Em 2012, Sudeste concentrava 55,2% do PIB do país e o DF tinha o maior PIB per capita.** 2014. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/14701-asi-em-2012-sudeste-concentrava-552-do-pib-do-pais-e-o-df-tinha-o-maior-pib-per-capita. Acesso em: 20 out. 2024.

IBGE. **Três novos índices mostram queda da pobreza e da vulnerabilidade entre 2001-2009 e 2017-2018.** 2023. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-

noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37716-tres-novos-indices-mostram-queda-da-pobreza-e-da-vulnerabilidade-entre-2008-2009-e-2017-2018. Acesso em: 19 out. 2024.

IPEA. **A década inclusiva (2001-2011):** desigualdade, pobreza e políticas públicas de renda. Ipea, 2012.

IPEA. **Bolsa Família 2003-2010:** avanços e desafios. Ipea, 2010a.

IPEA. **O que é? - Índice de Gini.** 2004. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:catid=28#:~:text=por%20Andr%C3%A9a%20Wolffenb%C3%BCttel%20O%20%C3%8Dndice%20de%20Gini%2C%20criado,a%20um%20%28alguns%20apresentam%20de%20zero%20a%20cem%29. Acesso em: 28 abr. 2024.

IPEA. **Pobreza e desigualdade continuaram caindo em 2009.** 2010b. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/4718-pobreza-e-desigualdade-continuaram-caindo-em-2009. Acesso em: 02 out. 2024.

LANGONI, Carlos Geraldo. Distribuição de renda e desenvolvimento econômico do Brasil. **Estudos econômicos,** São Paulo, v. 2, n. 5, p. 5-88, 1972.

MARX, Karl. **O capital:** crítica da economia política. Livro 1. 3. ed. São Paulo: Boitempo, 2023.

MEDEIROS, Marcelo. **Medidas de desigualdade e pobreza.** 1. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 2012.

MEDEIROS, Marcelo; BRITTO, Tatiana; SOARES, Fábio. Transferências de renda no Brasil. **Novos Estudos CEBRAP,** p. 5-21, 2007.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Indicadores Socioeconômicos.** 2011. Disponível em: http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/idb2011/b09ufb.htm. Acesso em: 20 set. 2024.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Painel dados abertos da matriz de informações sociais.** 2024a. Disponível em: http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi-paineis/analise_dados_abertos/. Acesso em: 18 out. 2024.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Quantitativo de benefícios e recursos investidos por unidade da federação de pagamento no período de 1996 a 2024.** 2024b. Disponível em: https://www.mds.gov.br/relcrys/bpc/download_beneficiarios_bpc.htm. Acesso em: 18 out. 2024.

NERI, Marcelo Côrtes. **Desigualdade de renda na década.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2011.

PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI.** 1. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014. Ebook. Disponível em: https://www.academia.edu/search?q=o%20capital%20no%20s%C3%A9culo%20xx1. Acesso em: 15 mar. 2024.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. **Transferências de renda.** São Paulo: Prefeitura de São Paulo, 2023. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia_social/gestao_de_beneficios/transferencia_de_renda/index.php?p=2009. Acesso em: 23 abr. 2024.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre homens.** São Paulo: Abril Cultural, 1978.

SABOIA, João. Efeitos do salário mínimo sobre a distribuição de renda no Brasil no período 1995/2005 - resultados de simulações. **Revista Econômica,** Rio de Janeiro, v. 9, n.2, 2009.

SANTOS, Leonor Maria Pacheco; PASQUIM, Elaine Martins; SANTOS, Sandra Maria Chaves dos. Programas de transferência de renda no Brasil: um estudo multidimensional da implementação do Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Cartão Alimentação. **Escola de Nutrição,** Salvador, p. 1821-1834, mar. 2011.

SILVEIRA NETO, Raul da Mota; AZZONI, Carlos Roberto. Os programas sociais e a recente queda da desigualdade regional de renda no Brasil. *In:* CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes (org.). **Programa Bolsa Família uma década de inclusão e cidadania.** Brasília: Ipea, 2013, p. 217-232.

SOARES, Fabio Veras *et al*. **Programas de transferência de renda no Brasil:** impactos sobre a desigualdade. Brasília: Ipea, 2006.

SOUZA, Pedro Herculano Guimarães Ferreira de *et al*. **Os efeitos do Programa Bolsa Família sobre a pobreza e desigualdade:** um balanço dos primeiros quinze anos. Rio de Janeiro: Ipea, 2019.